

Assunto: Audição Comissão de Cultura e Comunicação

- **Mais investigação é necessária em Arqueologia, mas bolsseiros e investigadores não podem colmatar a falta de trabalhadores.**
- **Desde a aprovação do Orçamento de Estado, nenhum trabalhador integrou os quadros da DGPC na área da Arqueologia (sendo urgente a entrada de 27 trabalhadores).**
- **É fundamental a contratação de arqueólogos para os municípios. São as equipas de arqueologia municipal que permitem um melhor conhecimento do território, bem como uma mais próxima e maior proteção e valorização do património.**
- **Falta de condições de higiene e segurança no sector privado.**

Os problemas que os trabalhadores do sector do Património Cultural têm de enfrentar não são recentes. Resultam de um processo de décadas, que vem condenando o sector e os seus trabalhadores à instabilidade e à privação de uma política de efectiva valorização.

O actual estado de alerta provocado pela pandemia de Covid-19 e o consequente Estado de Emergência expuseram ainda mais as fragilidades do sector. No caso particular da Arqueologia, teme-se que o cenário, já pouco favorável, se possa agravar num futuro próximo, já que têm sido escassas ou mesmo ausentes, as respostas e propostas de mitigação dirigidas ao sector e àqueles que nele trabalham.

O sector da Arqueologia, vem sendo remetido a uma função subsidiária da construção civil. A actividade vem crescendo, mas de forma pouco sustentada, dependente quase exclusivamente da Arqueologia de salvaguarda. Trabalha-se para preservar o Património em contexto de projectos e obras, apenas, e não para o estudar, conservar, valorizar e divulgar – vedando à cidadania o direito ao acesso e fruição do conhecimento gerado. Os promotores de obras e projectos financiam as intervenções, mas o Estado, com excepção de algumas Autarquias, não investe em investigação, conservação, valorização e divulgação do Património Cultural.

No que se refere ao panorama laboral, estes profissionais vivem sob a precariedade e os baixos salários. Cerca de 70 a 75% dos arqueólogos têm vínculos precários, grande parte são falsos Recibos-Verdes. Muitos auferem valores líquidos mensais que chegam a ser inferiores ao salário mínimo nacional. Apesar do endurecimento das suas condições socio-económicas,

da falta de direitos e condições laborais (higiene e segurança – inexistência de casas-de-banho, nomeadamente para as trabalhadoras; ausência de local específico para realização de refeições – em tempo de pandemia, agravado pela impossibilidade de recorrer a estabelecimentos comerciais, temporariamente encerrados).

Cabe referir, ainda, que a situação de precariedade vem afectando especialmente as mulheres que, na impossibilidade de conciliar o trabalho e a maternidade, acabam por abandonar o sector. A precariedade lesa, sempre, a generalidade dos trabalhadores quando propicia situações graves de assédio moral – muitos dos profissionais receiam avançar com denúncias perante a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), por medo de represálias por parte das entidades empregadoras.

Também a falta de trabalhadores nos Museus, Palácios, Monumentos, Laboratórios e Serviços da DGPC é preocupante, mais ainda se considerarmos a aposentação prevista de 300 trabalhadores nos próximos 4 anos. Não serão, com certeza, as 20 contratações anunciadas nesta comissão pelo Director-Geral da DGPC que preencherão as necessidades dos serviços e equipamentos.

Em declarações ao Jornal Expresso, Ângela Ferreira (Secretária de Estado Adjunta e do Património), anunciou a abertura de candidaturas para o programa Ciência e Património Cultural, que atribuirá 100 bolsas para doutorandos. Destes, 40 serão (cito) “integrados já nos museus, palácios e monumentos”. A Secretária de Estado declara que com estas medidas, o Governo espera (cito) “colmatar a falha em recursos humanos referida por muitos directores, nomeadamente em emprego especializado, além de reforçar também o estudo das colecções”.

Trazer mais investigadores para estudar os sítios e as colecções poderia ser benéfico, se resolvesse o problema de base – a falta de recursos humanos especializados a título permanente.

A contratação temporária de investigadores com vínculo precário não serve o património nem os profissionais, que no fim das suas bolsas terão de abandonar os serviços, prosseguir de bolsa em bolsa, ou continuar a trabalhar, sem qualquer vencimento, à espera do próximo PREVPAP.

É igualmente importante a contratação de arqueólogos para os municípios. São as equipas de arqueologia municipal que permitem um melhor conhecimento do território, bem como uma mais próxima e maior protecção e valorização do património.

Sem um tecido laboral estável não é possível promover a conservação, valorização, divulgação e fruição do Património Cultural. A generalização do recrutamento de trabalhadores para suprir as necessidades do sector do Património tem de passar, necessariamente, pela abertura da contratação para as carreiras.